

16 DEZ 1987 JORNAL DA TARDE

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO
(1927 - 1969)

Da Justiça de se reformular as velhas piadas de português

O espírito natalino já baixou sobre os homens de Brasília, à exceção dos empacotadores da economia, que ainda se estão desdobrando numa febril atividade para preparar o presentinho que a burocracia estatal envia todo o ano para o povo brasileiro.

Com isso, como não poderia deixar de acontecer, a Assembléa Nacional Constituinte já está com seus trabalhos paralisados desde a semana passada, embora o recesso parlamentar de final de ano só comece oficialmente no dia 21, segunda-feira próxima. Ontem, apesar do empenho do dr. Ulysses, não houve quorum para a votação das últimas modificações no regimento da Assembléa. O assunto, agora, só volta a ser discutido em janeiro. Afinal, ninguém é de ferro!

Apesar dessa indefinição quanto ao texto definitivo do regimento, seus pontos básicos já estão estabelecidos desde que a vitória do Centrão derrubou o golpe armado pelos xiitas. O projeto constitucional da Comissão de Sistematização perdeu a prioridade; nada entrará na futura Constituição sem que tenha a aprovação da maioria absoluta — 280 — dos constituintes; será possível apresentar novas emendas a títulos, capítulos, artigos e incisos do chamado Cabral III; e a maioria, só com requerimentos, poderá conseguir, automaticamente, prioridade para a votação de suas propostas no plenário.

Eliminada a ditadura que a minoria xiita impôs à Assembléa durante todos esses seus mais de 11 meses de funcionamento, a tarefa das forças não esquerdistas a partir de agora passa a ser a de preparar a desativação do campo minado que constitui o texto da Comissão de Sistematização.

E o que precisa ser alterado nesse texto vai muito além das barbaridades mais comentadas até aqui, tais como, para citarmos só alguns exemplos, a estabilidade no emprego, a hora extra paga em dobro, a estatização da distribuição de combustíveis, a aposentadoria integral, a definição de empresa nacional, o artigo que considera o mercado interno patrimônio nacional e um punhado mais.

Todos esses seus pontos perigosos colocam em risco o sistema de livre iniciativa no Brasil e ameaçam diretamente o processo de redemocratização. Mas eles se assemelham muito àquele bode da anedota comunista: o animal foi colocado na sala de uma família mais abastada que se recusava a dividir a casa com outras famílias como resolver "a Revolução"; dias depois, não suportando mais o cheiro e a sujeira produzidos pelo bode, o dono da casa resolveu aceitar os outros inquilinos e se deu por muito feliz...

Como bem observou o consultor-geral da República, Saulo Ramos, no estudo que preparou a pedido do presidente José Sarney, não dá para entender, por exemplo, o empenho da esquerda em aprovar apenas a estatização da distribuição de combustíveis. Por que os xiitas, pergunta-se, não atacaram também em outras áreas, já que defendem a estatização total da economia? A resposta é óbvia: por que o germe estatizante está disseminado por todo o texto da Comissão de Sistematização. O caso dos combustíveis é apenas o bode que desvia a atenção.

A verdade é que, com habilidade, com um repertório fantástico de artimanhas e com muita dissimulação, empurrando um artigo aqui, alterando um outro mais na frente, redigindo uma quantidade enorme de normas de forma propositalmente ambígua e confusa, os xiitas conseguiram produzir um projeto de Constituição em que quase todos os artigos empurram para a estatização da economia e para a multiplicação dos poderes e atribuições do Estado, embora nas afirmações gerais que incorpora ele procure apresentar-se como privativista.

A tática é muito clara: enquanto os representantes da maioria na Assembléa estiverem preocupados com questões específicas como as que enumeramos acima, importantes porém periféricas, não cuidarão do que realmente é vital: o conjunto do texto que será apresentado para votação no plenário.

Portanto, o que é preciso mudar em primeiro lugar é a filosofia socializante imposta à futura Constituição e não ficar apenas nos pormenores.

É numa tarefa idêntica a esta que estão envolvidos os partidos políticos e o governo em Portugal no momento. Depois de haver experimentado na carne durante 12 anos uma Carta Magna semelhante à que a Comissão de Sistematização aviou para o Brasil em nome das "mudanças", os portugueses querem mudar para valer. Depois de terem vivido um período de estagnação econômica sem precedentes, provocada pelo caráter socialista da Revolução dos Cravos que se traduziu numa Constituição absolutamente paralisante do ponto de vista econômico, os portugueses, como tem acontecido em todos os países que passaram experiência semelhante, ficaram definitivamente vacinados contra esta doença da adolescência política das nações e preparam-se para extirpar esse tumor da vida política e econômica do país.

E, como mostra a reportagem de João Moreno publicada pelo Jornal da Tarde de ontem, a disposição de eliminar a herança socialista é uma unanimidade em Portugal. São os próprios socialistas, aliás, que estão defendendo com maior empenho essas alterações.

"Constituição não é programa de partido, precisa ser despida de toda a carga ideológica. E a nossa é extensa e programática desde o berço, além de ideologicamente dirigida mais do que costumam ser as

leis fundamentais das democracias pluralistas. Era natural, então, que a desejável rigidez das Constituições fosse colocada em causa periodicamente. Nosso partido assume patrioticamente suas responsabilidades, fazendo propostas neutralizantes onde quer que se detectem expressões ideologicamente dirigidas, ainda quando seja o ideário do PS a direção apontada" — ensina Vitor Constâncio, o líder do Partido Socialista português.

O propósito dessa nova reforma, que vem completar duas outras executadas em 1976 e 1982, é, como defende o primeiro-ministro Cavaco Silva, a eliminação de tudo quanto faça lembrar a lógica coletivista "que não se baseou numa decisão democrática do povo português".

Esses novos ventos liberalizantes que sopram em Portugal — as alterações na Constituição representam a etapa final de um processo que começou com a eleição de Cavaco Silva e a entrada do país na Comunidade Econômica Européia — explicam a explosão de desenvolvimento que a nação portuguesa está experimentando e o otimismo e a confiança no futuro que os portugueses voltaram a exibir.

E são os ventos socializantes que sopram da Assembléa Nacional Constituinte em Brasília que ex-

JÚLIO MESQUITA

16 DEZ 1987

plicam por que o Brasil está vivendo um fenômeno exatamente oposto: queda na produção, semiparalisia econômica, um desencanto e uma angústia generalizados. Um diagnóstico perfeito da situação é o do cardiologista paulista Radi Macruz, um dos criadores do Instituto do Coração de São Paulo, depois de haver observado recentemente um aumento nos casos de problemas cardíacos provocados por estados emocionais progressivos:

"Talvez em nenhuma época antes tenhamos tido uma situação igual a esta. Nunca vi tanta gente revoltada com a situação, tanta gente querendo mudar as coisas, tanta gente deprimida. Ouço constantemente no meu consultório que o País não tem jeito. O indivíduo entra em depressão, sua situação funcional, vascular, piora e ele pode ter até um infarto."

A doença do Brasil é política, ou melhor, dos políticos. Já aleijou a economia e as empresas privadas e agora só falta liquidar com os cidadãos, o que provavelmente acontecerá se a futura Constituição não for escolmada de sua filosofia nacional-estatizante.

De qualquer maneira, enquanto não nos conseguirmos livrar desta doença, por dever de humildade e por coerência com a realidade, é bom irmos colocando um brasileiro no lugar do personagem tradicional nas velhas piadas de português...